

CRIANÇAS EM FOCO: FORTALECENDO VOZES

Talita Peralta Cuenca Galhardi

Resumo

O reconhecimento das crianças como pessoas detentoras de direito exige, além da garantia legal, a escuta qualificada de suas vozes nos processos que impactam suas vidas. Ao superar a histórica negação da fala infantil, avança-se para uma perspectiva que promove participação e inclusão. Nesse contexto, o trabalho de conclusão de curso discute a importância do protagonismo infantil, considerando tanto crianças neurotípicas quanto neurodiversas, historicamente mais suscetíveis ao silenciamento. Busca-se refletir sobre práticas que assegurem a participação efetiva de todas as crianças no desenvolvimento de um mundo plural, democrático e sobretudo inclusivo.

Palavras-chave: Educação. Direitos. Infâncias.

Introdução

O fortalecimento das vozes infantis constitui um pilar essencial para a construção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e democrática. Reconhecer as crianças não apenas como destinatárias passivas do conhecimento, mas como protagonistas do processo educativo implica valorizar tanto suas opiniões e experiências quanto suas perspectivas. Essa concepção encontra respaldo nas ideias de Rousseau, que já no século XVIII defendia que “a infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias” (Rousseau, 2004, p. 68), indicando a necessidade de respeitar a singularidade da criança e assegurar sua expressão no processo educativo.

A valorização da voz infantil contribui para o desenvolvimento de ambientes educacionais onde a diversidade é respeitada e a participação é promovida de maneira genuína. Nesse sentido, Malaguzzi (1999) amplia esse entendimento ao afirmar que “a criança é feita de cem. A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar” (Malaguzzi, 1999, p. 2), destacando que a escuta deve reconhecer as múltiplas linguagens e formas de expressão que caracterizam a infância. Ao ouvir e incentivar essas vozes, a escola se transforma em um espaço de acolhimento e respeito, fortalecendo a autoestima e o senso de pertencimento das crianças.

O não silenciamento das crianças e a prática da escuta ativa constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento integral e para um processo de aprendizagem realmente significativo. Quando as vozes infantis são valorizadas, as crianças se tornam

protagonistas de sua própria experiência educativa, participando ativamente da construção do conhecimento. Essa participação vai além da simples execução de tarefas ou da repetição de conteúdos, englobando a manifestação de ideias, opiniões, dúvidas e interesses. Ao reconhecer e atender às expressões das crianças, os educadores favorecem a construção de um ambiente de aprendizado inclusivo, estimulante e sensível às necessidades de cada sujeito.

A escuta genuína promove o fortalecimento da autoestima e do senso de pertencimento, fatores essenciais para que a criança se sinta segura e motivada a explorar o conhecimento. Quando percebida como ouvida e valorizada, a criança desenvolve maior confiança em suas próprias capacidades e maior interesse em experimentar, investigar e interagir com o mundo ao seu redor. Esse engajamento ativo é diretamente proporcional ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, pois a criança aprende a refletir sobre suas experiências, a elaborar raciocínios, a solucionar problemas e a dialogar com seus pares.

Além disso, a escuta ativa permite que o educador comprehenda melhor as singularidades de cada criança, considerando suas diferentes formas de aprender, comunicar-se e interagir. Crianças neurodivergentes, por exemplo, muitas vezes apresentam modos de expressão distintos, seja por meio de gestos, movimentos, comunicação não verbal ou outras estratégias simbólicas. Ao interpretar e valorizar essas formas de comunicação, os educadores podem construir estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada criança, garantindo inclusão efetiva e ampliando as oportunidades de aprendizagem. O reconhecimento dessas diferenças contribui para um ambiente escolar mais democrático, no qual todos os sujeitos têm voz e espaço para se desenvolver plenamente.

O impacto da escuta ativa também se manifesta no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Crianças que são ouvidas aprendem a dialogar, ouvir, negociar e respeitar as perspectivas alheias, habilidades essenciais tanto para o convívio escolar quanto para a vida em sociedade. Essa prática contribui para a construção de relações interpessoais saudáveis, baseadas na cooperação e no respeito mútuo. Além disso, a participação ativa permite que as crianças desenvolvam senso de responsabilidade, autonomia e iniciativa, uma vez que percebem que suas opiniões e decisões influenciam o grupo e o ambiente em que estão inseridas.

Essa prática possibilita, ainda, que desigualdades e barreiras sejam identificadas com maior precisão, permitindo intervenções que tornem o ambiente mais inclusivo para todas as crianças, independentemente de suas origens, habilidades ou condições sociais. Em uma educação democrática, a participação infantil é, portanto, um exercício de cidadania desde cedo. Quando as crianças são estimuladas a expressar suas ideias e colaborar nas decisões, aprendem a dialogar, conviver com a diversidade e também respeitar diferentes pontos de

vista, o que favorece a formação de indivíduos críticos, conscientes e comprometidos com uma sociedade justa e plural.

Dessa forma, o fortalecimento das vozes infantis não se configura apenas como uma questão pedagógica, mas como um compromisso ético com os direitos da criança e com a construção de uma democracia real. Promover a escuta ativa e sensível garante que a educação seja um instrumento de empoderamento, inclusão social e transformação coletiva, fundamentada sobretudo no respeito à diversidade e na valorização da participação de todos. No entanto, apesar dos avanços no reconhecimento da infância como uma fase ativa e participativa, a escuta da criança ainda permanece limitada, refletindo uma herança histórica que por muito tempo a considerou passiva e dependente. Como aponta Mesquita (2022), mesmo após a Declaração dos Direitos da Criança, que reconhece a criança como sujeito de direitos e opinião, persistem barreiras culturais e institucionais que dificultam a efetivação dessa escuta no cotidiano escolar.

Apesar dos avanços no reconhecimento da infância como fase ativa e participativa, a escuta da criança permanece limitada, confrontando uma herança histórica de visão passiva e dependente, como reflete Mesquita (2022), ao destacar que, desde a Declaração dos Direitos da Criança, há o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e opinião.

Não obstante a visão hegemônica de infância passiva, o fato é que, já na Declaração dos Direitos da Criança, os integrantes das novas gerações começaram a aparecer como sujeitos portadores de direitos e, para além do mero exercício destes, deveriam ser ouvidos em suas opiniões sobre vários aspectos da realização de uma vida digna em sua plenitude. (Mesquita, 2022, p. 8)

Esse cenário evidencia a urgência de promover uma educação que valorize a escuta sensível e respeitosa das infâncias, assegurando que suas vozes sejam consideradas nas decisões que impactam suas vidas. O fortalecimento da voz infantil não apenas combate o silenciamento histórico imposto às crianças, como igualmente colabora para a edificação de uma sociedade pautada nos princípios da democracia e da inclusão.

Os ambientes de educação destinados à primeira infância, como as creches e pré-escolas, constituem-se em espaços não domésticos voltados ao educar e ao cuidar. Regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), precisam ser organizados conforme as particularidades de cada idade, estimulando o desenvolvimento físico, social, cultural e cognitivo. Nesses contextos, a criança estabelece relações mais amplas com o mundo, experienciando descobertas e interações sociais.

Assegurar o respeito aos direitos fundamentais das crianças é essencial, compreendendo a infância como uma etapa de valor próprio, e não apenas como preparação para a vida adulta. O desenvolvimento integral infantil requer práticas pedagógicas

intencionais, escuta sensível e valorização das expressões, desejos e modos de ser infantis. Garantir-lhes voz constitui um princípio ético e requisito de uma educação inclusiva e democrática, reconhecendo-as como sujeitos de direitos aptos a participar ativamente da vida escolar e social.

Este estudo discute a relevância de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e atores sociais, evidenciando a urgência de repensar seu papel na sociedade atual. A prática da escuta ativa em contextos escolares e sociais constitui recurso fundamental para transformar práticas pedagógicas, favorecer relações democráticas e valorizar a diversidade das infâncias, contemplando crianças típicas e atípicas (neurodiversas). Reforçar a voz das crianças mostra-se indispensável para assegurar equidade, inclusão e cidadania plena às novas gerações.

O estudo busca analisar a passagem da negação histórica da voz infantil para o fortalecimento de suas manifestações em contextos sociais e educacionais. Procura-se compreender de que modo o silenciamento das crianças foi constituído e como pode ser superado por meio de ações que assegurem seu protagonismo, direitos e participação. Como procedimento metodológico, adota-se a pesquisa bibliográfica, nos termos de Severino (2013), desenvolvida a partir de registros presentes em documentos como livros e artigos.

Para tanto, analisamos a partir da obra "Emílio, ou Da Educação" de Jean-Jacques Rousseau (1762), comparando suas contribuições com concepções atuais. Investigamos também artigos científicos, livros, dissertações e teses, utilizando um roteiro de leitura estruturado para identificar obstáculos à escuta e participação infantil, bem como estratégias para superá-los. O objetivo é mostrar que o fortalecimento das vozes infantis, de crianças neurotípicas e neurodiversas, favorece o desenvolvimento da autonomia e da autoestima. Ao serem ouvidas e reconhecidas, as crianças se tornam sujeitos críticos e criativos, capazes de interagir de forma consciente com o mundo ao seu redor. Esse processo contribui para a formação de novas gerações mais preparadas para atuar em uma sociedade inclusiva, justa e democrática.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E A IMPORTÂNCIA DA VOZ INFANTIL

A compreensão da infância passou por profundas transformações ao longo dos séculos, refletindo mudanças sociais, culturais e filosóficas que influenciaram diretamente a forma como as crianças são percebidas e valorizadas pela sociedade. A concepção contemporânea de infância, entendida como uma etapa de valor próprio, dotada de direitos, especificidades e modos singulares de expressão, é fruto de uma longa construção histórica. Esse processo envolveu a gradual revisão de concepções adultocêntricas que, por muito

tempo, trataram a criança como um ser incompleto, incapaz de exercer agência ou participar de decisões que afetassem sua vida.

Durante grande parte da história, especialmente até o final do século XVIII, predominou uma visão que considerava a criança como uma miniatura do adulto. Nessa perspectiva, as crianças eram socializadas para assumir funções produtivas o mais cedo possível, e suas expressões, desejos e opiniões eram amplamente ignorados. Philippe Ariès (1981, p. 15) enfatiza que, na sociedade medieval, “a sociedade medieval não conhecia a infância; não que a criança fosse negligenciada, abandonada ou desprezada, mas não havia consciência da particularidade infantil”. Esse entendimento demonstra que a infância não era reconhecida como uma etapa legítima e distinta da existência humana, mas apenas como um período de preparação para a vida adulta. Como consequência, as vozes infantis eram historicamente silenciadas, e sua participação nos espaços sociais e educacionais era praticamente inexistente.

O prolongamento desse silenciamento teve efeitos duradouros sobre a forma como a educação e as práticas sociais foram organizadas. Rousseau, em suas reflexões sobre a educação, já criticava a imposição de padrões adultos sobre a criança, argumentando que cada etapa da vida possui modos próprios de perceber e interagir com o mundo (Rousseau, 2004, p. 68). Para Rousseau, a educação deveria respeitar essas particularidades, proporcionando condições para que a criança desenvolvesse suas capacidades de forma natural, sem pressões externas que comprometem seu ritmo de desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, a criança deixa de ser um ser meramente receptivo e passa a ser reconhecida como sujeito capaz de experiências, aprendizados e decisões próprias, um conceito que se opõe diretamente à visão medieval descrita por Ariès.

A consolidação da infância como etapa distinta da vida foi um processo lento e gradual, refletindo transformações sociais, econômicas e culturais. A emergência do conceito de direitos da criança, ao longo dos séculos XIX e XX, trouxe à tona a necessidade de reconhecer as crianças como sujeitos ativos de direitos, e não apenas como objetos de cuidado ou preparação para a vida adulta. Contudo, mesmo com a evolução legal e filosófica, o legado da percepção histórica da criança como ser incompleto ainda influencia práticas educativas contemporâneas. Muitos ambientes escolares e sociais ainda reproduzem, de forma velada, atitudes que limitam a participação infantil, reforçando o histórico silenciamento de suas vozes.

Nesse contexto, compreender a importância de valorizar a voz da criança é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e democrática. O reconhecimento de que a infância possui características próprias implica que as crianças devem ter oportunidades de expressar seus pensamentos, sentimentos e desejos em todos os espaços educativos. Não se trata apenas de garantir a participação formal, mas de promover escuta genuína e sensível, capaz de transformar as experiências de aprendizagem em processos

colaborativos e significativos. A criança, ao perceber que suas ideias são valorizadas, desenvolve autoestima, autonomia e senso crítico, elementos essenciais para seu desenvolvimento integral e para a construção de uma cidadania ativa.

Além disso, a valorização da voz infantil contribui para a superação de desigualdades históricas. Crianças com formas diversas de desenvolvimento ou necessidades específicas, que por muito tempo tiveram suas expressões marginalizadas, passam a ter seus modos de comunicação e percepção reconhecidos. Ao romper com padrões de silenciamento, a educação passa a ser um espaço de inclusão, no qual as singularidades são respeitadas e integradas, e não apenas toleradas. Esse movimento fortalece não apenas a aprendizagem, mas também competências sociais e emocionais, fundamentais para a vida em comunidade e para a construção de sociedades mais justas.

Assim, a compreensão histórica da infância nos permite perceber como a voz da criança foi sistematicamente negligenciada e como o seu reconhecimento representa uma conquista ética, social e pedagógica. Reconhecer a importância da voz infantil não é apenas reparar injustiças históricas, mas consolidar uma prática educativa democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral, emocional, cognitivo e social das crianças.

A construção histórica da infância, ao evidenciar o longo percurso de silenciamento e marginalização, reforça a urgência de transformar as práticas pedagógicas e sociais. Cada criança, ao ter suas ideias ouvidas e consideradas, torna-se protagonista de sua trajetória educativa e social, contribuindo para ambientes de aprendizagem mais ricos, colaborativos e significativos. Assim, o estudo da infância enquanto etapa histórica e culturalmente construída oferece subsídios essenciais para compreender o valor do protagonismo infantil e fundamentar políticas, práticas e atitudes que efetivamente garantam o respeito aos direitos, à voz e à autonomia das crianças.

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU: RESPEITO À NATUREZA E AUTONOMIA

A valorização da infância como fase singular emergiu com mudanças no pensamento filosófico, especialmente após o Iluminismo no século XVIII, e com o avanço das ciências humanas. Essa nova compreensão passou a influenciar práticas educativas, práticas de interesse comum e discursos sociais, reconhecendo as crianças como detentores de direitos, com necessidades e capacidades próprias. Entre os pensadores iluministas, Jean-Jacques Rousseau destacou-se por propor uma ruptura com os modelos tradicionais de educação. Em *Emílio, ou Da Educação* (1762), Rousseau defende que a criança está mais próxima do estado de natureza e que a educação deve respeitar suas etapas de desenvolvimento, promovendo

autonomia, expressão e participação ativa, em vez de submetê-la passivamente à vontade do adulto.

A proposta pedagógica de Rousseau apresenta caráter inovador ao colocar a criança no centro do processo pedagógico, rompendo com o modelo autoritário e transmissivo predominante em sua época. Ele valoriza a escuta, o interesse e as experiências da criança, reconhecendo a infância como legítima e rica em potencialidades. Rousseau alerta para os riscos do adultocentrismo, afirmando:

Não se conhece a infância; no caminho das falsas ideias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que os homens importam saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser criança (Rousseau, 2004, p. 04).

A crítica do autor evidencia que a imposição de modelos educativos descontextualizados das necessidades e capacidades infantis ignora a singularidade da criança e compromete a participação ativa da criança nos métodos de aprendizagem. Ao criticar a rigidez e o autoritarismo do processo pedagógico de sua época, Rousseau adverte que a repressão constante à espontaneidade e à liberdade infantil gera frustração e comportamentos descontrolados, como reforça em outro trecho:

“O constrangimento perpétuo em que conservais vossos alunos irrita sua vivacidade; quanto mais comedidos perante vós, mais serão turbulentos quando escaparem; cumpre que se compensem quando puderem da dura opressão em que os tendes” (Rousseau, 2004, p. 78).

Outro ponto central nas concepções de Rousseau é a ideia de que a criança aprende de maneira mais eficaz quando suas experiências, interesses e curiosidades naturais são respeitados. Ele propõe que o educador atue como guia, oferecendo suporte e estímulo sem impor coercivamente conhecimentos ou comportamentos. Rousseau afirma que “educar é conduzir a criança sem atropelar sua natureza, oferecendo experiências que despertem a sua razão e sensibilidade” (Rousseau, 2004, p. 72). Dessa forma, o processo educativo se torna dinâmico, centrado na criança, promovendo a descoberta e a construção do conhecimento por meio de experiências concretas e significativas.

A visão de Rousseau sobre a educação também enfatiza o desenvolvimento moral e ético, entendendo que a criança deve aprender a viver em sociedade de maneira justa e equilibrada. Para ele, o aprendizado não se limita à aquisição de habilidades cognitivas, mas envolve o cultivo de virtudes, responsabilidade, empatia e respeito ao outro. Rousseau (2004, p. 85) destaca que “a criança deve ser guiada para compreender a justiça e a liberdade, aprendendo pelo exemplo e pela experiência, e não apenas pela imposição de regras”. Essa abordagem reflete a importância de respeitar o ritmo de cada criança e de construir ambientes educativos nos quais ela possa exercitar autonomia, tomada de decisão e reflexão crítica.

Essa concepção de infância também rompe com a ideia histórica de que a criança é um ser incompleto ou dependente, mostrando que ela possui capacidades próprias que merecem ser reconhecidas e estimuladas. Ao valorizar as etapas do desenvolvimento infantil e suas expressões, Rousseau propõe uma educação que respeita a integridade da criança em todas as dimensões — física, emocional, cognitiva e social. O autor argumenta que “não é o aprendizado precoce de conteúdos que forma o homem, mas o desenvolvimento harmonioso de suas faculdades” (Rousseau, 2004, p. 90), reforçando que a educação deve respeitar o tempo natural da criança e favorecer seu crescimento pleno.

A educação, sob a ótica de Rousseau, sobre a infância e a educação revolucionaram a forma de compreender o desenvolvimento infantil, pois ele propõe uma visão que valoriza a singularidade de cada criança, respeita seu ritmo e modos de aprendizagem, e enfatiza o protagonismo infantil no processo educativo. A criança deixa de ser um ser passivo e se torna um sujeito ativo, com voz, capaz de construir conhecimento, desenvolver autonomia, cultivar virtudes e participar de maneira ativa, ética e consciente na sociedade.

Para Rousseau, uma educação que respeite a natureza infantil deve oferecer espaço para exploração, expressão de emoções e ação autônoma. Somente em ambientes que promovam liberdade responsável e escuta qualificada a criança pode se desenvolver de maneira equilibrada, saudável e integral. Essa perspectiva continua fundamentando debates contemporâneos sobre protagonismo infantil, evidenciando a necessidade de romper com práticas adultocêntricas e adotar abordagens que reconheçam a criança como sujeito ativo e capaz de contribuir para o processo educativo.

AS CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS E SOCIAIS DA MARGINALIZAÇÃO DA VOZ DAS CRIANÇAS AO LONGO DA HISTÓRIA

Para além dos aspectos didáticos e pedagógicos refletidos a partir das concepções de Rousseau, a supressão das vozes infantis comprometeu não apenas seus direitos enquanto sujeitos de fala, mas também produziu impactos emocionais e sociais significativos. Entre eles, sobressaem a negação da autonomia, a invisibilidade e a exclusão de decisões que incidem diretamente sobre suas vidas. Quando suas vozes são reiteradamente desconsideradas, as crianças assimilam a percepção de que suas opiniões carecem de valor, o que prejudica seu desenvolvimento emocional e a formação como cidadãs críticas. A ausência desse reconhecimento reforça o sentimento de insegurança, de baixa autoestima e de dificuldades de socialização.

A marginalização das vozes infantis manifesta-se também nos mecanismos de produção de conhecimento e poder. Conforme Sarmento (2003), “as crianças têm sido tradicionalmente excluídas dos mecanismos de produção de conhecimento e de poder”,

sendo frequentemente tratadas como objetos da ação adulta e não como sujeitos de direitos. Tal exclusão compromete a participação efetiva das crianças em espaços como a escola, os serviços públicos e a própria sociedade civil, dificultando o enfrentamento das desigualdades. Sob a perspectiva social, silenciar as vozes infantis impede a consolidação de ambientes democráticos e inclusivos, perpetuando desigualdades estruturais. Como ressalta Sarmento (2005), “a criança é um ator social ativo que interpreta, reelabora e transforma a realidade em que vive”. Negar sua participação fragiliza os vínculos sociais e inviabiliza a formulação de políticas públicas verdadeiramente eficazes e voltadas às suas demandas.

No âmbito emocional, a supressão do direito à escuta afeta negativamente o desenvolvimento da autoestima, da confiança e da identidade infantil. Para Rinaldi (2012), escutar uma criança é um ato ético e político: “Ouvir as crianças significa reconhecer que elas têm pensamentos, teorias, sentimentos e saberes, e que esses merecem consideração nas relações sociais e educativas” (Rinaldi, 2012, p. 18). A ausência dessa escuta reforça o sentimento de desvalorização e pode acarretar impactos duradouros na saúde emocional e no tratamento dado as infâncias refletindo o nível de democracia de uma sociedade.

Assim, ao ignorar a escuta das crianças, a sociedade invalida seus saberes e experiências, comprometendo não apenas os direitos fundamentais e os princípios democráticos, mas também a própria construção de um futuro mais justo e solidário. A prática da escuta ativa da infância deve ser entendida como um compromisso ético e político, que ultrapassa os limites da escola e se estende a diferentes esferas da vida social, abrangendo a família, a comunidade, os meios de comunicação e as políticas públicas.

Romper com esse padrão histórico de silenciamento exige uma mudança cultural profunda, que desafie o adultocentrismo e a exclusão. É necessário ressignificar o lugar da criança na sociedade, reconhecendo-a como sujeito de direitos, de fala e de ação, com potencial para contribuir criticamente com as transformações sociais. Isso implica não apenas ouvir suas vozes, mas acolher suas perspectivas com seriedade, garantindo sua participação efetiva nos processos decisórios que impactam suas vidas.

DA MARGINALIZAÇÃO AO PROTAGONISMO: A VOZ DA CRIANÇA COMO DIREITO E PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

Prosseguindo a reflexão acerca dos direitos da infância, gostaríamos de ressaltar a necessidade de romper com práticas de silenciamento e de considerar a criança como sujeito social, reconhecendo-a como protagonista de sua própria trajetória. Essa compreensão implica uma mudança substancial no modo como a infância é concebida nos espaços educativos, superando visões reducionistas que ainda a associam a uma condição de dependência e incompletude. Ao adotar essa perspectiva, torna-se possível construir um

ambiente no qual a criança não apenas ocupa um espaço físico, mas também exerce um papel ativo na construção das experiências, dos saberes e das decisões que dizem respeito à sua vida escolar.

Essa mudança demanda que os profissionais da educação reflitam sobre suas práticas e concepções, substituindo modelos autoritários por abordagens participativas, que acolham as diferentes linguagens e expressões infantis. A escuta, nesse sentido, deve transcender a dimensão meramente técnica e se afirmar como princípio ético e pedagógico, orientando as relações entre adultos e crianças no cotidiano da escola. Quando a participação infantil é efetivamente reconhecida, os processos educativos tornam-se mais democráticos, permitindo que as crianças expressem seus desejos, opiniões e interpretações do mundo, fortalecendo sua autonomia e sua capacidade crítica.

Sarmento (2004, p. 18) argumenta que essa transformação envolve não apenas ajustes metodológicos, mas uma reconfiguração cultural profunda, capaz de romper com as estruturas adultocêntricas que historicamente marginalizam a voz infantil. Segundo o autor, “a criança é um sujeito de direitos, portador de saberes e produtor de cultura, cuja participação deve ser assegurada em todas as esferas da vida social” (Sarmento, 2004, p. 21). Nesse sentido, garantir a escuta ativa e qualificada significa assegurar que a criança seja reconhecida como alguém que interpreta a realidade, atribui sentidos e contribui para a construção coletiva do conhecimento.

Essa perspectiva reforça que a escola não deve se limitar a transmitir conteúdos, mas precisa se configurar como um espaço dialógico, no qual as experiências infantis são consideradas e valorizadas. Para Sarmento (2004, p. 28), o desafio consiste em superar práticas que atribuem à participação infantil um caráter meramente simbólico, sem efeitos reais nas decisões pedagógicas. Ao contrário, é necessário consolidar estratégias que possibilitem à criança intervir ativamente nos processos que estruturam sua vivência escolar, promovendo, assim, uma educação mais justa, inclusiva e democrática.

Sarmento (2004) enfatiza que a criança deve ser compreendida como ator social competente, capaz de interpretar, atribuir significados à realidade e agir diretamente sobre ela. Para o autor, romper com concepções tradicionais implica reconhecer a criança como produtora de cultura e participante ativa nos espaços sociais e educativos. Como ele afirma, “as crianças são atores sociais competentes, capazes de produzir cultura e de intervir no mundo que as rodeia” (Sarmento, 2004, p. 19).

Essa visão exige a construção de espaços que priorizem a escuta atenta, a autonomia e a participação ativa das crianças nos processos que impactam suas vidas. Assegurar esse direito vai além de uma obrigação jurídica: trata-se de um compromisso ético e político voltado à consolidação de uma sociedade plural e democrática. Escutar a criança significa legitimar sua voz, reconhecer sua dignidade e permitir que ela seja coautora de sua própria história,

fortalecendo sua condição de sujeito de direitos e protagonista de experiências formativas significativas.

Entretanto, a efetivação da escuta infantil enfrenta inúmeros desafios práticos que dificultam seu pleno desenvolvimento no contexto educacional. Dentre essas barreiras, destacam-se as estruturas escolares excessivamente rígidas, os currículos inflexíveis e a prevalência persistente de culturas adultocêntricas, que frequentemente desvalorizam ou minimizam a importância das expressões e opiniões das crianças. Conforme apontado por Sarmento (2004), essa transformação implica uma profunda reconfiguração das práticas pedagógicas vigentes, demandando uma substituição dos modelos tradicionais autoritários por processos dialógicos, que valorizem o diálogo genuíno e a escuta ativa.

Nesses processos, é fundamental que a participação infantil seja genuína e efetiva, ultrapassando o caráter meramente simbólico ou formal que muitas vezes representa a voz da criança nas instituições. Para que essa participação se concretize de maneira efetiva, torna-se imprescindível investir em uma formação docente que priorize a escuta qualificada, sensível às diversas linguagens e modos de expressão das crianças. Além disso, é necessário fomentar ambientes educacionais acolhedores e inclusivos, nos quais o direito das crianças de expressar suas opiniões e de interferir nas decisões que permeiam o seu cotidiano seja integralmente garantido e respeitado. Essa abordagem não apenas fortalece a autodeterminação infantil, mas também contribui para a construção de espaços educativos mais democráticos, colaborativos e ricos em aprendizagem significativa.

Assim, o avanço rumo a uma escuta infantil efetiva demanda um compromisso coletivo que ultrapasse as mudanças superficiais, promovendo uma cultura escolar transformadora, capaz de reconhecer e valorizar a voz das crianças como elemento central na construção do saber e na vivência escolar.

ESCUТА E VALORIZAÇÃO DAS VOZES INFANTIS: ESTRATÉGIAS E CAMINHOS PARA O RESPEITO À INFANCIA

Reconhecer a criança como sujeito de direitos e cidadania é um princípio indispensável para a construção de relações sociais mais justas, humanas e democráticas. No entanto, ainda é comum que adultos — sejam pais, educadores ou membros da sociedade — desconsiderem a voz infantil, minimizando suas percepções e opiniões. Nesse contexto, torna-se imprescindível pensar em estratégias que assegurem a escuta ativa e o respeito às manifestações das crianças, ao mesmo tempo em que se busca desconstruir a falsa ideia de que suas contribuições têm menor valor do que as dos adultos.

Pais e educadores dispõem de múltiplas estratégias no cotidiano para garantir que as crianças sejam de fato escutadas e respeitadas. O primeiro passo é a criação de ambientes

acolhedores e seguros, que favoreçam a expressão livre. A escuta da criança não deve ser concebida como um gesto passivo, mas como uma postura ativa, ética e política. Nesse sentido, Rinaldi (2012), inspirada na proposta de Reggio Emilia, destaca que 'escutar é estar disponível para o outro, com atenção, respeito e vontade de compreender, reconhecendo-o como interlocutor legítimo' (p. 18). Tal perspectiva exige tempo, dedicação e abertura para compreender a criança em sua totalidade.

Outra ação importante é validar os sentimentos e opiniões infantis, mesmo que estas sejam diferentes das expectativas adultas. Quando os adultos escutam de forma acolhedora e sem julgamento, fortalecem a autoestima e a autonomia da criança. Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento da linguagem e do pensamento acontece na interação com o outro, o que reforça a importância de reconhecer a fala da criança como parte ativa na construção de sentidos sobre o mundo. Além disso, permitir que a criança participe de decisões que afetam sua vida cotidiana — na família, na escola ou na comunidade — é uma forma concreta de valorização e respeito à sua cidadania, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Para desfazer a ideia de que as opiniões infantis são menos valiosas do que as dos adultos, é necessário enfrentar o adultocentrismo, uma visão de mundo que toma o adulto como medida de racionalidade e competência. Essa lógica hierárquica precisa ser substituída por uma compreensão que reconheça as crianças como sujeitos ativos, capazes de produzir cultura, saberes e significados. Sarmento (2004) afirma que "as crianças não são apenas objetos de socialização, mas sujeitos ativos que produzem cultura e significados" (p. 115), evidenciando que elas têm formas próprias de interpretar e transformar o mundo.

A mudança dessa mentalidade passa pela formação de famílias e educadores, com foco em práticas de escuta sensível e valorização da infância. Paulo Freire (1996), ao defender uma prática educativa dialógica e libertadora, ensina que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (p. 47). Da mesma forma, escutar não é apenas ouvir, mas construir possibilidades para que a criança seja verdadeiramente considerada e influencie nos contextos em que está inserida.

Por fim, a sociedade precisa investir em políticas públicas, ações educativas, espaços culturais e iniciativas de comunicação que promovam a participação das crianças e reconheçam a legitimidade de suas vozes. Desconstruir a ideia de inferioridade da fala infantil exige um compromisso coletivo e contínuo, que une família, escola, Estado e comunidade em torno de uma cultura de respeito e valorização da infância como etapa essencial da vida humana.

O SILENCIAMENTO DE CRIANÇAS ATÍPICAS E O DIREITO À ESCUTA

O silenciamento das vozes infantis que pode ser historicamente observado, torna-se ainda mais acentuado no caso das crianças neurodivergentes. As crianças foram sistematicamente ignoradas nos espaços sociais e institucionais, e frequentemente tratadas como seres passivos no processo educativo e social. Como crianças neurodivergentes entendemos aquelas cujas diferenças neurobiológicas, físicas ou comportamentais desafiam os padrões normativos da sociedade, como crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, síndromes genéticas ou outras condições atípicas. Essas crianças sofrem de forma mais intensa a negação de seus direitos, a restrição de sua expressão, a limitação de sua participação e a ausência de escuta ativa.

A invisibilização dessas crianças não decorre apenas da ausência de oportunidades de fala, mas de uma cultura excludente que mede seu valor segundo padrões de normalidade. A escola, nesse contexto, representa um dos principais ambientes de reprodução desse silenciamento, ao não reconhecer a pluralidade de linguagens e formas de comunicação presentes em corpos e mentes diversas. Como observa Mantoan (2006, p. 45), “a escola tradicionalmente está estruturada para ensinar aos que aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo, com os mesmos recursos”, excluindo aqueles que apresentam modos diferenciados de aprender e interagir.

No campo educacional, os efeitos desse silenciamento tornam-se evidentes. Mantoan (2006, p. 47) aponta que a escola historicamente se estruturou com base na normatização dos corpos e das vozes, desconsiderando a diversidade de modos de ser e de se expressar das crianças

A inclusão genuína, como defendem Mantoan e Lanutti (2021, p. 45), só é possível quando cada sujeito é valorizado em sua integralidade, reconhecendo a diversidade como constitutiva do processo educativo. Nesse sentido, “a inclusão escolar só será plena quando a diferença for entendida como riqueza, e não como deficiência” (Mantoan; Lanutti, 2011, p. 22).

As crianças atípicas enfrentam barreiras acentuadas de participação devido à falta de acessibilidade comunicacional, pedagógica e atitudinal. Garantir seus direitos exige escuta qualificada, sensibilidade, mediação adequada e rompimento com paradigmas capacitistas que desvalorizam suas potencialidades. Conforme estabelece o Artigo 21 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006, p. 10), ratificada pelo Brasil, é dever do Estado, das instituições e da sociedade assegurar “o direito à liberdade de expressão e opinião, incluindo o direito de buscar, receber e transmitir informações e ideias em igualdade de condições com as demais pessoas, por todos os meios de comunicação de sua escolha”.

O impacto da ausência de escuta é significativo: quando ignoradas, as crianças internalizam sentimentos de desvalorização, insegurança e baixa autoestima, comprometendo seu desenvolvimento como sujeitos autônomos e críticos. Freire (1996, p. 52) reforça que a negação da palavra equivale à negação da própria condição de ser, já que a linguagem é instrumento central de humanização e transformação da realidade.

Romper com o ciclo de exclusão simbólica e estrutural exige compromisso coletivo de famílias, educadores e políticas públicas. A escola deve “ensinar a todos sem quaisquer diferenciações que possam ser consideradas excludentes”, ouvindo e acolhendo cada aluno em sua singularidade (Mantoan; Lanutti, 2022, p. 78). Práticas pedagógicas inclusivas devem valorizar múltiplas formas de comunicação, celebrar a diversidade e promover cooperação, reconhecendo nas diferenças uma fonte de riqueza cultural e cognitiva (Mantoan; Lanutti, 2022, p. 79).

Assim, a escuta genuína das crianças, neurotípicas e neurodivergentes, representa um ato de justiça e um compromisso ético com o presente e o futuro. Ao serem ouvidas e valorizadas, promovem-se sua autonomia, autoestima e protagonismo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, além de transformar os ambientes educativos em espaços de coautoria do conhecimento, rompendo com lógicas adultocêntricas que restringem a essência infantil e negam seus direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidenciou que o fortalecimento das vozes infantis é um elemento central para a construção de uma educação inclusiva, democrática e comprometida com os direitos da criança. Reconhecer as crianças como sujeitos ativos, capazes de expressar suas ideias, sentimentos e desejos, implica superar práticas históricas de silenciamento e marginalização que, ao longo dos séculos, reduziram a infância a uma etapa de preparação para a vida adulta. Essa herança histórica revela-se em muitas práticas pedagógicas ainda presentes, nas quais decisões que afetam diretamente a criança são tomadas sem seu envolvimento ou consideração de suas opiniões.

A valorização da voz infantil contribui de maneira significativa para o desenvolvimento integral da criança. Ambientes educativos que promovem escuta genuína, diálogo e participação ativa estimulam não apenas habilidades cognitivas, mas também competências socioemocionais, como empatia, cooperação, capacidade de argumentação e resolução de conflitos. A criança que é ouvida desenvolve autoestima, senso de pertencimento e segurança para interagir com o mundo, fatores essenciais para seu crescimento pessoal e social. Ao mesmo tempo, a participação ativa possibilita que a criança compreenda a importância de

suas ações e decisões, fortalecendo sua autonomia e senso de responsabilidade, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A escuta ativa das crianças é também um instrumento poderoso de inclusão, pois permite que crianças com diferentes formas de desenvolvimento, habilidades e modos de expressão, incluindo as neurodivergentes, tenham suas vozes reconhecidas e respeitadas. Ao valorizar a diversidade de perspectivas, a educação torna-se mais sensível e adaptada às necessidades individuais, rompendo padrões tradicionais que privilegiam formas de expressão normativas e limitadas. Essa abordagem amplia o conceito de pertencimento e normalidade, promovendo uma escola verdadeiramente democrática, na qual cada criança encontra espaço para participar, contribuir e se desenvolver plenamente.

Além disso, o fortalecimento da voz infantil reflete impactos importantes na própria organização e qualidade do ambiente educativo. Quando as crianças têm oportunidades de opinar sobre decisões cotidianas, sugerir atividades ou colaborar na construção de regras e rotinas, o processo de aprendizagem torna-se mais significativo, dinâmico e participativo. A criança passa a perceber-se como agente de transformação, não apenas receptora de conteúdos, mas protagonista de sua trajetória educativa, contribuindo para um espaço de aprendizagem mais rico e colaborativo.

O compromisso com a escuta ativa e o protagonismo infantil ultrapassa o âmbito escolar, repercutindo na sociedade de forma mais ampla. Crianças que aprendem desde cedo a expressar suas opiniões, dialogar e participar de decisões tornam-se adultos mais críticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de interagir de forma ética e democrática em diferentes contextos sociais. Dessa forma, garantir a voz da criança não é apenas uma prática pedagógica, mas um princípio ético que contribui para a construção de sociedades mais justas, pluralistas e inclusivas.

Portanto, o fortalecimento das vozes infantis deve ser compreendido como um compromisso coletivo que envolve educadores, famílias, gestores e a sociedade em geral. Promover espaços de escuta genuína, participação ativa e valorização da criança enquanto sujeito de direitos é transformar a educação em um instrumento de empoderamento e de promoção da igualdade social. Essa perspectiva evidencia que a infância possui valor próprio, não se limitando a uma etapa preparatória, mas constituindo um período significativo e pleno de experiências, aprendizagens e desenvolvimento humano.

Em síntese, assegurar que as crianças tenham voz ativa é fortalecer o protagonismo infantil, consolidar uma educação inclusiva e democrática e contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Valorizar a opinião, a expressão e a autonomia das crianças é transformar práticas pedagógicas e sociais historicamente marcadas pelo silêncio, estabelecendo novos paradigmas colocando-as no centro da educação, permitindo que falem, criem e transformem o mundo a partir de suas próprias experiências, garantindo

assim que suas vozes nunca mais sejam silenciadas, e que cada infância seja celebrada como um espaço de liberdade, criatividade e protagonismo.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 1999. p. 21–28.

MALAGUZZI, Loris. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Penso, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTTI, Célia. *A escola que queremos para todos: educação e inclusão*. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

MESQUITA, Delma Lúcia de. Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança. *Revista Brasileira de Educação*, 2022.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTIÇA%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

RINALDI, Carla. *Educar com escuta, transformar a escola*. Porto Alegre: Penso, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A criança e a infância: definições e pressupostos. In: QVORTRUP, Jens et al. (org.). *As várias infâncias: desafios para a teoria e a prática*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 107–124.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância na pós-modernidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 85, p. 35–52, jan./abr. 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.